Uma proposta de Rede temática em Educação Ambiental: a Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental

Fábio Deboni da Silva[1]

Educador Ambiental – Facilitador da Rede CEAs

OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental - ESALQ/USP

Resumo:

O presente artigo almeja suscitar o debate relativo a organização *em redes,* com especial ênfase na formação da Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental, a Rede CEAs.

Inicia-se com alguns conceitos sobre *redes* - suas principais características, alguns princípios que permeiam esse tipo de organização e propostas de tipologias de redes – buscando-se discutir de que forma este tipo de organização já vem constituindo-se em importante instrumento de fomento à formação de redes no campo da Educação Ambiental, dentre elas a Rede Brasileira de EA (REBEA); as diversas Redes Estaduais e Regionais (REPEA, REASul, Rede Acreana de EA, etc) e a própria Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental (Rede CEAs).

O texto finaliza trazendo algumas considerações a respeito desta última rede (Rede CEAs); seu processo de formação, seus objetivos e características, o seu potencial na articulação entre as diversas iniciativas brasileiras denominadas como Centros de Educação Ambiental (CEAs) e seus principais *gargalos* vivenciados no momento atual.

[1] fdsilva@esalq.usp.br

Organização em Redes: uma prática com contradições

Há uma concepção recorrente sobre a organização em redes, sustentada por diversos autores, dentre eles CASTELLS (1999); INOJOSA (1999); MACHADO et all (1999), de que esse tipo de organização não é novo.

> Podría decirse que el ser humano, desde que nace ingresa a numerosas *redes* y a *redes de redes*. La primera red es su familia; ésta a su vez, por consanguinidad, afinidad u otros vínculos (como, por ejemplo, la amistad, vecindad o intereses económicos) está vertical u horizontalmente integrada a otras familias o redes de redes, que forman comunidades regionales, nacionales e internacionales. Esa integración a diferentes redes generalmente no constituye para el ser humano una carga sino un activo: a mayor integración, mayores relaciones y, por ende, mayores posibilidades de cumplir los fines para los que fue creado. (MACHADO, A.L.I. et all, 1999, p. 1)

Com base nessa concepção, indivíduos e sociedade já se relacionam *em redes* desde o início das civilizações. Com o avanço tecnológico, sobretudo da informática e especialmente com o surgimento da *internet* a concepção desta *cultura de redes* é acrescida de substancial aporte. Através da *internet* pessoas conectadas em qualquer parte do planeta podem, teoricamente, trocar informações, intercomunicando-se em questão de segundos. A expressão estar *online*, embora bastante difundida na atualidade está ainda distante de uma real popularização. A desigualdade (social, econômica, tecnológica) entre países do chamado *mundo desenvolvido* e aqueles do bloco *em desenvolvimento* é consideravelmente marcante. As diferenças internas dentro do bloco dos países *em desenvolvimento* também merecem ser destacada.

É nesta perspectiva que parte a concepção de *rede*, da Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental (Rede CEAs), objetivando a promoção da autonomia em cada nós da rede. Estamos de acordo com PRADO, quando coloca que:

> Minha intenção (é) a de indicar como se pode examinar a sociedade em rede sem naturalizar o conceito de rede, isto é, sem imaginar que a constituição das redes resultou de uma evolução natural, inerente do capitalismo, ou que esse é um ponto

dado para pensar a globalização. A constituição das redes é um dos parâmetros do problema, que deve ser pensado a partir de sua constituição histórica e como um campo de controvérsias" (op. cit., pg. 11).

Embora com o advento da internet tenha havido maior facilidade de conexão entre pessoas no mundo inteiro, há que se considerar a desigual oportunidade de acesso a computadores com acesso a internet, sobretudo nos chamados países "em desenvolvimento". Se considerarmos que há mais computadores na ilha de Manhattan do que em todo o continente africano, podemos visualizar essa desigualdade tecnológica e estrutural, o que PRADO qualifica como *disparidades*. No caso do Brasil, a que se retomar a expressão cunhada por Jacques Lambert em alusão ao dualismo social apresentado no país: *dois Brasis*[2].

Mas afinal o que vem a ser esta organização em *redes*? Como funciona? Porque vêm ganhando grande impulso na atualidade?

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus membros; pela horizontalidade das relações entre os seus elementos (MARTINHO, www.rbc.org.br, p.1)

Como visto, na organização *em redes* não há chefes ou comandos centrais que determinam as regras de gestão e as disponibiliza aos demais participantes. Pelo contrário."*Não há chefe, há vontade de realizar determinado objetivo(...) Todos têm o mesmo poder de decisão(...) e o mesmo nível de responsabilidade"* (WHITAKER, 1993).

As redes podem ter objetivos específicos, por exemplo, intercâmbio de informações, mas para se alcançá-los é preciso o "*engajamento consciente de todos"(idem),* e contar com a lealdade de cada um, a co-responsabilidade e a iniciativa. Devem ter também um caráter

[2] Ver: Jacques Lambert. Os dois Brasis. Companhia Editora Nacional. 6ª ed., 1970.

democrático, com livre entrada e saída de participantes e livre circulação de informações (desde que compartilhem dos objetivos da rede).

Para se organizar em redes, são desejáveis o exercício continuado de alguns princípios: colaboração, solidariedade, ajuda mútua, transparência, co-responsabilidade, empoderamento, democracia, emancipação, diálogo, participação, etc.

Todos esses conceitos devem ser qualificados, de modo a não se tornarem meros *jargões*. Adotarei o conceito de *participação* como exemplo. O objetivo deste artigo não é o de discutir cada um desses conceitos, apenas indicar alguns princípios que consideramos pertinentes quando de almeja organizar-se *em rede.*

Nossa perspectiva de participação está alicerçada em cinco dimensões apontadas por SORRENTINO (2000), quais sejam:

1) Existência de uma infra-estrutura básica que viabilize a participação das pessoas, por exemplo: facilidade de acesso ao local de reuniões;
2) Disponibilização das informações a todos os participantes;
3) Existência de espaços de interlocução, no qual cada um pode livremente expressar sua opinião e debater com os demais participantes sobre determinado assunto;
4) Necessidade de momentos de tomadas de decisão coletivas; e
5) A dimensão subjetiva deve ser reconhecida, ou seja, cada pessoa tem sua forma de compreender *participação* e de participar.

Cabe-nos levantar a questão: como se dá a participação nessa nova perspectiva de uma *cultura de redes*? Mais especificamente no caso da Rede CEAs, sua formação se trata de um processo participativo? Quais os principais *gargalos* que dificultam a participação na *Rede* ? Resgataremos tais questões mais adiante.

Especificamente em ambientes de redes a participação deve ser livre, assumida e consciente. Para tanto, WHITAKER, nos coloca algumas premissas:

- Que a realização do objetivo (da rede) seja vital para os membros;
- Que o objetivo só possa ser alcançado se houver efetiva participação; e
- Que seja aceito como legítimo, pelos participantes da ação, o poder dos que dirigem, coordenam ou servem os que agem. (op. cit.,1993, p. 10)

Algumas tipologias de redes

O trabalho de INOJOSA, 1999 nos aponta algumas tipologias de redes. É possível, segundo ela, *"distinguir alguns tipos, segundo as relações entre os parceiros e segundo o foco de atuação"* (p. 3)

Quadro 1 – Tipos de redes, quanto à relação entre os parceiros

Rede Subordinada	Rede Tutelada	Rede Autônoma
• Entes são parte de uma organização • Existe uma interdependência de objetivos • A articulação depende da vontade dos entes • Há apenas um lócus de controle	• Entes têm autonomia mas articulam-se sob a égide de uma organização • Rede fica dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador • Ente mobilizador tende a ficar como lócus de controle	• Entes são autônomos e articulam-se voluntariamente • Pressupõe uma idéia-força mobilizadora • A rede é aberta e trabalha por pactuação • As identidades dos parceiros são preservadas e é construída uma identidade da rede • O controle é compartilhado

Fonte: INOJOSA, 1999, p. 118-9.

Quadro 2 – Tipos de redes, quanto ao foco de atuação

Redes de Mercado	Redes de Compromisso Social
• São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços • Visam a complementaridade ou a pontencialização dos parceiros face ao mercado • As relações são perspassadas pelos interesses do mercado, e podem oscilar entre cooperação e competição • A relação de parceira das redes de mercado tende a ser de subordinação ou tutela.	• São redes que têm como foco questões sociais • Visam complementar a ação do Estado ou suprir a sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social • As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária • Demanda estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição.

Fonte: INOJOSA, 1999, p. 120.

WHITAKER (1993) também propõe uma tipologia de redes, mais simplificada. As redes podem interligar somente pessoas; somente entidades; e ambos. Também

> podem ser de diferentes tamanhos – de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir igualmente redes de redes. E dentro de uma rede podem se formar sub redes, com objetivos específicos" (op. cit., p. 8).

As redes também podem ser de âmbito regional, por exemplo as redes estaduais de Educação Ambiental (REPEA, REMEA, etc); podem ser temáticas, como é o caso da Rede CEAs, sobre a qual estaremos abordando mais a frente.

A formação de redes em educação ambiental: potencialidades

Diversas redes têm-se constituído ao longo da última década no campo da Educação Ambiental. Após a Conferência RIO-92 iniciou-se um processo de formação das Redes Brasileira e Paulista de EA, respectivamente REBEA e REPEA. Diversas outras redes foram se estabelecendo em diversos estados e regiões do país, como por exemplo: Minas Gerais (Rede Mineira de EA - REMEA); Acre (Rede Acreana de EA); Paraíba (Rede Paraibana de EA); Mato Grosso (Rede Matogrossense de EA – REMTEA), Rede Sul Brasileira de EA – REASul, dentre outras.

O momento atual está bastante propício a algumas destas redes. Em 2002 o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) lançou um edital relativo ao fortalecimento destas iniciativas. Algumas redes se organizaram para construir uma proposta a ser encaminhada ao Fundo e foram contempladas com financiamento. Estão em andamento projetos de fortalecimento de quatro redes, que estão realizando diagnósticos estaduais/regionais de iniciativas de Educação Ambiental. São elas: Rede Paulista (REPEA); Rede Acreana; Rede Pantanal (formada por diversos municípios dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul); e Rede Sul Brasileira (REASul, formada pelos três Estados da região Sul). Os diagnósticos que tais redes estão implementando irão se constituir em importante substrato para a Rede Brasileira de EA (REBEA) e por sua vez irão alimentar o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA[3]).

Todas estas redes vêm ganhando mais espaço na atualidade e vem conseguindo agregar mais e mais pessoas, educadores interessados em trocar experiências, expressar-se livremente, conhecer iniciativas distantes geograficamente (e porque não ideologicamente). É inegável que a facilidade no desenvolvimento destas formas de organização esteja diretamente relacionado à popularização dos meios de comunicação, em especial à internet. Evidentemente há que se considerar a disparidade de

[3] O Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental – SIBEA - pode ser acessado através do site do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br), clicando no link *Educação Ambiental*.

acesso a esta tecnologia, que vem se tornando paulatinamente mais acessível aos setores e marginalizados da sociedade e a regiões mais pobres do país.

Há potencialidades e limitações na atuação em *redes*. SORRENTINO nos aponta algumas dessas qualidades, chamando atenção para o risco que correm as redes de perderem um dos seus objetivos centrais, que é a promoção do *enraizamento* nos elos locais, ou seja, fazer a rede criar significado local.

> Indivíduos e grupos conectados na aldeia global, formando redes capazes de influenciar políticas públicas e grupos econômicos. Redes que fortalecem a ação local, através do intercâmbio de idéias e experiências, e ecoam as necessidades e propostas daqueles que vivem a realidade cotidiana e querem um maior domínio sobre ela(...) Porém, essas redes incorrem no perigo de serem a grande novidade que se esvai nos velhos erros do diálogo de elites distantes das raízes da sociedade. É necessário aprofundar a capacidade de expansão dessas redes, em nível local, envolvendo pequenos grupos/tribos/pessoas dispersos pelos bairros, sindicatos, igrejas, escolas. Caso contrário, serão grandes redes nacionais, porém ainda de elite, e portanto, fadadas a decidirem coisas maravilhosas que não se concretizarão, pois expressivas parcelas da população permanecerão distantes da motivação/mobilização no sentido de efetiva-las. (SORRENTINO, 1993, 15-16 p.)

A Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental: um processo em marcha

A Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental[4] está em processo de formação, a partir de uma pesquisa de levantamento e diagnóstico de CEAs no Brasil. A OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental, da ESALQ/USP, vem pilotando esta iniciativa e no dia 26/03/03 lançou "oficialmente" a Rede, através da implementação de uma rede de e-mails. Esta rede conta atualmente com mais de 180 educadores

---

[4] O site da Rede CEAs pode ser acessado através do endereço: **www.redeceas.esalq.usp.br**

ambientais cadastrados que atuam em CEAs ou que estejam relacionados com a temática.

A OCA vem atuando junto à temática dos CEAs desde 1999, através do desenvolvimento de pesquisas, vivências junto a CEAs no Brasil e na Espanha e por meio do intercâmbio entre educadores ambientais atuantes junto a estas iniciativas.

A intenção de se criar a Rede era inicialmente a de construir um espaço de intercâmbios, troca de experiências e de discussões voltado à temática dos CEAs no país. Há uma carência considerável de informações sobre CEAs no Brasil, aliado ao desconhecimento por parte da sociedade em geral e inclusive entre os próprios educadores ambientais. Esse foi o "pano de fundo" que estimulou a OCA no desenvolvimento da Rede.

Trata-se de uma Rede até o momento virtual, na qual seus membros participam por meio da internet, mas prevê alguns momentos presenciais. Um deles que merece ser destacado é a organização do I Encontro Paulista de CEAs, a ser realizado conjuntamente com o II Encontro Estadual de EA, em Rio Claro, entre 24 e 26 de julho e o outro é a possibilidade de realização do III Encontro Nacional de CEAs, inicialmente previsto para setembro de 2003, na cidade de Timóteo – MG.

A Rede CEAs apresenta diversos *gargalos* que merecem ser apontados e debatidos. O primeiro deles se refere à questão conceitual de CEAs, que passa por uma necessidade de discussões epistemológicas e o estabelecimento de debates acerca das diversas concepções existentes de CEAs no Brasil. Afinal, o que são estas iniciativas que estamos denominando de Centros de Educação Ambiental? Muitas instituições que podem ser consideradas como tal, se percebem como um CEA?

O segundo *gargalo* reside na considerável pluralidade de iniciativas de CEAs no país. Há CEAs de diversos "tipos" em atividade; que *bebem* de distintos pressupostos e fundamentos do movimento ambientalista e da educação ambiental. Assim como questiona CARVALHO 2002 (e outros autores): *Qual educação ambiental?*, levantar tal questionamento em relação à temática dos CEAs não é somente desejável, mas sobretudo

indispensável e urgente. Não podemos mais pensar num único modelo de CEA, num padrão pronto, como lanches *fast food* que escolhemos pelo número**.** Elaborar uma proposta de CEA requer um trabalho árduo, de mapeamento das potencialidades locais, de construção de um projeto político pedagógico que norteie o trabalho do CEA, de definição de seus papéis, de delimitação de estratégias de avaliação, etc. São muitos os pontos a serem debatidos e delimitados no processo de idealização e implementação de uma proposta de CEA.

Um terceiro *gargalo* enfrentado pela Rede reside na forma de comunicação adotada. Pode-se dizer que há uma quinta parte dos CEAs que não estão conectados na *internet*. Como até o momento, a Rede tem se articulado via *internet* estabelece-se uma dificuldade no processo participativo de atores *out of the net*[5]. Daí a importância e a necessidade de que a rede não concentre suas atividades somente em ambientes virtuais, essencialmente dependentes de tecnologias informáticas. Há que se considerar e estimular outras formas de organização, dentre elas: reuniões e encontros presenciais, eventos periódicos, além de contatos telefônicos, utilização de fax, correio, etc.

No caso de uma rede que se supõe de âmbito nacional, há uma dificuldade inerente no que diz respeito aos momentos presenciais. Partindo dessa constatação, ganha mais força a importância de se estimular a formação de Redes Regionais, Estaduais e/ou Locais. Dessa forma uma rede nacional pode estar constituindo-se sobremaneira através do fomento a processos de *enraizamento* junto a seus participantes.

Há diversas outras dificuldades vivenciadas não somente pela Rede CEAs mas por muitas outras redes que se encontram em plena atividade na atualidade no país. Acreditamos na importância do mapeamento e da socialização de tais dificuldades, que levem os educadores ambientais que atuam em CEAs a refletirem sobre tais questões contribuindo para fomentar a discussão de sua *práxis* cotidiana.

---

[5] Expressão encontrada no texto de PRADO (p. 8).

Sabemos da carência de abordagens que apontem e discutam determinadas dificuldades e lacunas de trabalhos do campo da educação ambiental. Concordamos com SATO, quando coloca que:

> Em diversos trabalhos publicados, apresentados ou informados na área de Educação Ambiental (EA), percebemos uma tendência em considerar somente os bons resultados(...) Isso tem aumentado o grau de dificuldade no fortalecimento da EA, que aparece como se fosse um campo fácil de ser estudado ou viabilizado. Proliferam-se, assim, ações pontuais de abraçar árvores ou oficinas de reciclagem de papel, sem nenhuma postura crítica dos modelos de consumo vivenciados pelas sociedades, ou pela análise do modo de relação dominadora do ser humano sobre a natureza. (op. cit.*, 2001, p. 16).*

Para além da constituição de uma rede que viabilize o intercâmbio de informações e de experiências, a proposta de formação da Rede CEAs vai de encontro ao apontado por Michèle Sato no trecho anterior. Passa pela necessidade de se fomentar discussões entre educadores ambientais que atuam em CEAs ou que estabeleçam relação direta com tais iniciativas, que não somente se concentrem na divulgação e na socialização de informações pontuais, de relatos desta ou daquela experiência sem qualquer reflexão crítica sobre tal.

Há muitas questões em pauta àqueles que desejam se embrenhar nos meandros do campo dos CEAs. Sabemos que a formação da Rede CEAs pode constituir-se numa estratégia importante, mas que dependerá de uma série de definições e do estabelecimento de outras discussões que passem por exemplo em questões como a co-construção de seus objetivos centrais; a participação ativa e engajada de cada membro; a articulação co-responsável de cada membro; a definição de acordos comuns, etc.

Acreditamos que o primeiro passo está sendo dado, tendo em conta que *"a lógica de aprendizagem em rede aposta no investimento à longo prazo"* (FACHINELLI, et al. 2000, p. 2). É nesta perspectiva que a Rede CEAs vêm se constituindo. Muitas serão as dificuldades a serem

vivenciadas. A Rede CEAs emerge com a missão de ao mesmo suscitar o debate conceitual relativo aos CEAs, buscando também enfrentar as dificuldades enunciadas anteriormente, e a de contribuir para o delineamento de políticas públicas que considerem e incorporem esta temática na sua pauta. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) está sendo reformulado, o Decreto que regulamentou a Política Nacional de EA também está na pauta das discussões. Cabe aos educadores ambientais, articulados em *rede* ou não, estarem a par destas questões, participar destes debates posicionando-se em prol da construção de políticas públicas que de fato promovam sinergia entre os diversos atores da EA.

O fascínio com que a temática dos CEAs é revestida torna esse desafio extremamente enriquecedor e instigante. Devemos pois, passar a vislumbrar os CEAs como sendo elos constituintes de um movimento que guarda em si identidade própria revestindo-o de notável complexidade, característica essencial no *paradigma emergente* atual.

Referências

CARVALHO, I.C.M. "*Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate educação ambiental popular e extensão rural*" In: Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental. Erechim : EdiFAPES, 2002., 83-90.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

FACHINELLI, A.C. et al. "*A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação"* In: Revista Com Ciência, 2000.

INOJOSA, R.M. "*Redes de compromisso social"* In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro : FGV, 33 (5), set/out 1999, 115-141 p.

MACHADO, A.L.I. et all **Las redes como instrumentos de transformación social**. Caracas, www.rbc.org.br, 1999.

MARTINHO, C. **Redes e desenvolvimento local**. www.rbc.org.br

PRADO, J.L.A. **A naturalização da rede em Castells.** www.rbc.org.br

SATO, M. "*Debatendo os desafios da educação ambiental"* In: I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pró Mar de Dentro, 17-21/maio/2001, 14-*33p.*

SORRENTINO, M. *"Educação Ambiental: avaliação de experiências recentes e suas perspectivas"* In: PAGNOCCHESCHI, B. (Coord.) Educação Ambiental: experiências e perspectivas. Brasília : INEP/MEC, 1993. 7-30 p.

SORRENTINO, M. *"Crise ambiental e educação"* In: QUINTAS, J.S. (org.) Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2000,

WHITAKER, F. *"Rede: uma estrutura alternativa de organização"* In: CEDAC, Ano 2, nº 3, 1993.